



ANO 24 Nº 02
Fevereiro de 2015

A encruzilhada da participação do salário na renda

A economia brasileira apresentou modificações na sua estrutura distributiva a partir do final dos anos 90. Entre 1997 e 2012, observou-se a redução do índice de Gini (quanto menor o valor do índice, mais equânime é a distribuição pessoal da renda). Por outro lado, a distribuição funcional da renda (distribuição da renda entre o trabalho e o capital), mensurada pelo percentual de participação dos salários na renda, apresentou uma trajetória distinta ao longo do período. Entre 1997 e 2003, a participação dos salários na renda ficou estável, em uma média de 47%. A partir de 2004, observou-se o crescimento desse percentual, o qual só foi interrompido em 2010, recuperando-se, posteriormente, até sofrer redução em 2013.

A participação do trabalho na renda é dependente dos níveis de emprego e de salário, ou, sob outra ótica, da relação entre o salário real e a produtividade do trabalho. Os dados sugerem que o crescimento da participação do salário na renda foi o propulsor do surgimento da denominada “nova classe média”. Isso fica explícito ao se considerar que, ao longo da última década, o salário real cresceu de maneira acentuada, em um contexto de crescimento moderado, porém constante, do nível de emprego. Esse cenário possibilitou a inclusão de um enorme contingente de novos consumidores na economia brasileira. Ao mesmo tempo, observaram-se novas dinâmicas empresariais que objetivavam criar produtos e serviços para esses novos consumidores. Os principais fatores que colaboraram para esse processo inclusivo foram: (a) a política de valorização do salário mínimo; (b) a expansão do crédito ao consumo; (c) as políticas governamentais expansionistas. Note-se que esse processo, ao engendrar o crescimento da demanda, teve a tendência a retroalimentar o crescimento da participação do salário na renda.

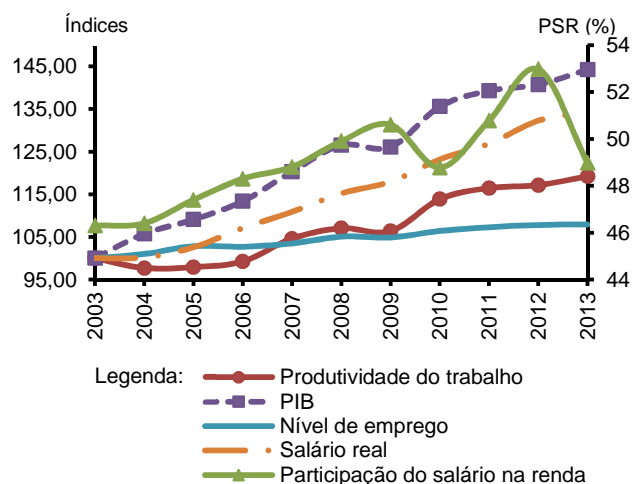
O gráfico apresenta a trajetória da participação do salário e de seus componentes para o período 2003-13. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu mais que o emprego, o que corresponde ao crescimento da produtividade do trabalho observado. O salário real, por sua vez, aumentou mais que a produtividade. Esse comportamento conjunto gerou o crescimento da participação do salário na renda. Cabe assinalar que a produtividade do trabalho permaneceu estável até 2006. Em 2007, iniciou-se uma trajetória de crescimento moderado, somente interrompida em 2009. A partir de 2010, a produtividade retorna ao padrão de crescimento anterior.

O aumento da participação do salário observado sofreu duas interrupções: (a) em 2010, devido à elevada taxa de crescimento do PIB, ou seja, em um contexto de crescimento tanto dos salários quanto do nível de emprego; e (b) em 2013, em decorrência da redução da taxa de crescimento dos salários e do emprego.

Os últimos três anos caracterizam-se pela resiliência dos salários e do nível de emprego em relação ao crescimento econômico reduzido da economia brasileira. As novas diretrizes macroeconômicas sinalizam contração dos gastos públicos e aumento de juros, com o correspondente aumento do custo do crédito. O salário mínimo, mesmo com a manutenção das atuais regras de correção, tende a crescer pouco. Dessa forma, existe a tendência de estagnação ou de queda tanto do nível de emprego quanto do salário real. Isso sinaliza uma redução da participação do salário na renda. Caso essa tendência seja confirmada e ocorra reversão na trajetória recente da distribuição funcional da renda, os próximos anos podem mostrar-se mais difíceis tanto para os trabalhadores brasileiros quanto para os empresários que vendem bens e emprestam recursos a esses trabalhadores.

O desafio que se apresenta à economia brasileira é o de que as recentes modificações na condução da política macroeconômica não comprometam as conquistas da chamada “década inclusiva”. O sucesso ou o fracasso de enfrentar tal desafio irá constituir-se no critério pelo qual os formuladores de política econômica serão avaliados.

Participação do salário na renda (PSR) e seus componentes no Brasil — 2003-13



LEGENDA: —●— Produtividade do trabalho

—■— PIB

—■— Nível de emprego

—●— Salário real

—▲— Participação do salário na renda

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE (SCN, PME, PNAD).

NOTA: 1. Base 2003 = 100.

2. A partir de 2009, as projeções foram efetuadas

através da PME.

Alessandro Donadio Miebach
Mestre em Economia, Pesquisador da FEE

A crítica situação das finanças públicas gaúchas

A posição financeira de um governo, em um determinado ponto do tempo, é dada pela diferença entre as disponibilidades e as obrigações financeiras.

Quando as disponibilidades superam as obrigações, diz-se que há suficiência financeira; quando as disponibilidades são inferiores às obrigações, a situação caracteriza-se por insuficiência financeira para cobrir os restos a pagar e outras obrigações.

Entre 2010 e 2012, os dados apontam para uma posição de suficiência financeira do Estado do Rio Grande do Sul. Todavia a suficiência reduziu-se de R\$ 975 milhões em 2010 para R\$ 30 milhões em 2012. A partir de 2013, as obrigações superaram as disponibilidades. Nesse ano, a insuficiência financeira atingiu R\$ 4,3 bilhões — ou 16,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) — e, em 2014, aumentou para R\$ 7,5 bilhões — ou 26,8% da RCL. Portanto, a situação patrimonial e financeira do Estado agravou-se nos últimos dois anos.

A parcela das obrigações financeiras que não são cobertas pelas disponibilidades financeiras cresceu, porque, a fim de evitar uma crise de liquidez, o Governo Estadual recorreu a uma medida extraordinária em 2013, a saber, a transferência do montante de R\$ 5 bilhões dos depósitos judiciais (não tributários) para o caixa único.

A insuficiência financeira está relacionada ao resultado primário. Enquanto este último é uma variável de fluxo, comparando receitas e despesas não financeiras, aquela é uma variável de estoque, cuja variação entre dois períodos indica a melhora ou piora da situação patrimonial e financeira.

Assim, ocorre uma melhora da situação fiscal de um governo quando: (a) os superávits primários são suficientes para cobrir o serviço da dívida pública; e (b) as obrigações financeiras (incluindo-se os restos a pagar) são cobertas pelas disponibilidades financeiras. No caso oposto, tem-se um quadro de piora fiscal, quando o superávit primário é

menor do que o serviço da dívida, e a situação financeira indica um quadro de insuficiência.

Entre 2010 e 2013, os superávits primários foram decrescentes e não atingiram as metas anuais. Em 2014, o resultado primário passou a ser deficitário em R\$ 1,4 bilhão. O esforço fiscal de R\$ 1,5 bilhão entre 2011 e 2014 ficou bem abaixo da meta de R\$ 6,8 bilhões. A razão para tal desempenho é a seguinte: a despesa primária cresceu mais do que a receita primária em todos os períodos da série. A forte expansão dessa despesa deu-se em função de reestruturações de quadros de pessoal e de reajustes salariais que se estendem até 2018. Portanto, houve uma deterioração fiscal no período em análise.

Os dados sugerem a necessidade de uma política de consolidação fiscal, ou seja, é fundamental retomar a trajetória de superávit primário suficiente para eliminar o déficit orçamentário e reduzir a relação dívida consolidada líquida/Receita Corrente Líquida para 2,0 até o ano de 2016 (limite e prazo definidos pelo Senado Federal, conforme Resolução 40/2001). Como? Adequando o ritmo de crescimento da despesa primária ao da receita primária. Isto é, que a despesa passe a crescer menos do que a receita.

Cabe ao novo governo estadual decidir se o ajuste fiscal será via elevação de tributos, controle de gastos públicos ou uma combinação das duas medidas. Dadas a elevada carga tributária no Brasil para os padrões internacionais e a renda *per capita* ser distante da de países desenvolvidos, o ajuste ideal deve basear-se no lado dos gastos públicos.

Todavia a decisão é ainda mais desafiadora, considerando-se o plano de austeridade fiscal do Governo Federal, que propõe, dentre outras medidas, restringir a liberação de novos empréstimos e a autorização para elevar o endividamento de estados e municípios. Além disso, o cenário econômico é de baixo ritmo de atividade econômica e inflação alta, com tendência de piora, em razão da elevação do risco de racionamento de água e de energia elétrica.

Posição financeira e resultado primário consolidado do RS — 2010/14

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014 (1)
I - Disponibilidade de caixa bruta	652	700	646	4.809	5.889
II - Demais haveres financeiros	741	693	284	-8.580	-11.048
III - Restos a pagar processados (exceto precatórios)	417	720	900	603	2.361
IV = I + II - III Posição financeira	975	673	30	-4.374	-7.520
A - Receita primária (2)	27.404	29.037	31.395	35.393	30.951
B - Despesa primária (3)	25.819	27.588	30.502	34.792	32.384
C = A - B Resultado primário	1.585	1.449	893	601	-1.433
Meta de resultado primário	1.958	1.994	1.741	1.653	1.419

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Disponível em: <https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_lrf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

(1) Os dados referem-se ao acumulado jan.-out. (2) Receitas realizadas. (3) Despesas empenhadas.

Liderau dos Santos Marques Junior
Economista, Pesquisador da FEE

Desempenho da indústria gaúcha em 2014

O indicador da atividade industrial do Rio Grande do Sul, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou retração de 4,8% da produção física da indústria de transformação em 2014, no acumulado até novembro.

Além dos problemas estruturais enfrentados pelo setor em todo o País, como alta carga tributária, falta de infraestrutura e baixo investimento, alguns fatores conjunturais contribuíram para o resultado do ano. Dentre eles, podem-se mencionar a desaceleração do mercado interno, a falta de confiança dos agentes, a redução do número de horas trabalhadas em função da Copa do Mundo, o aumento da taxa de juros e as condições adversas de um dos principais mercados dos produtos gaúchos: a Argentina.

O que se observa é que a retração da atividade fabril gaúcha, em 2014, foi generalizada, atingindo 13 dos 14 segmentos pesquisados pelo IBGE. As maiores quedas foram registradas nos ramos de metalurgia (-16,6%) e de veículos automotores (-7,0%). Neste último caso, o resultado é expli-

cado, em grande medida, pelas restrições impostas pela Argentina às importações de produtos brasileiros, as quais contribuíram para que as exportações gaúchas do setor automotivo sofressem redução de 29,9%.

O mau desempenho desses segmentos teve reflexo sobre outros ramos que compõem o complexo metal-mecânico, como produtos de metal (-5,3%), máquinas e equipamentos (-4,1%) e borracha e plástico (-4,6%), que, em conjunto, foram determinantes para o resultado do ano, uma vez que respondem por 36% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Estado.

A retração de 2014 colocou a produção industrial em níveis próximos aos verificados em 2007, configurando, assim, um período de sete anos de baixo dinamismo da indústria gaúcha. A retomada de um crescimento sustentado do setor dependerá, cada vez mais, da priorização de ganhos de produtividade e do conseqüente aumento da competitividade dos produtos manufaturados.

Produção física industrial do Rio Grande do Sul — 2014

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VARIAÇÃO PERCENTUAL (1)	ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VARIAÇÃO PERCENTUAL (1)	ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VARIAÇÃO PERCENTUAL (1)
Indústria de transformação	-4,8	Papel e celulose	-3,0	Couro e calçados	-5,7
Fumo	1,1	Minerais não metálicos	-4,1	Outros produtos químicos	-5,9
Bebidas	-0,6	Máquinas e equipamentos	-4,1	Móveis	-6,6
Derivados de petróleo e biocombustíveis	-2,0	Borracha e plástico	-4,6	Veículos automotores	-7,0
Alimentos	-2,2	Produtos de metal	-5,3	Metalurgia	-16,6

FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF).

(1) Variação percentual acumulada entre janeiro e novembro, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sérgio Leusin Júnior e Vanessa Neumann Sulzbach
Economistas, Pesquisadores da FEE

Prognóstico da safra gaúcha de verão para 2015

No início de janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o segundo prognóstico para a safra gaúcha de 2015. Em relação ao grupo “cereais, leguminosas e oleaginosas” das lavouras temporárias de verão, verifica-se uma perspectiva bastante alentadora, conforme se observa na tabela. Há uma estimativa de crescimento de 2,1% na área plantada, de 4,7% no rendimento médio e de 7,0% na quantidade produzida média do conjunto de produtos que formam o grupo.

Soja e arroz são as duas principais culturas, representando próximo a 70% do valor de produção (VP) da agricultura gaúcha. A lavoura da soja tem um VP maior do que o dobro do VP do arroz.

A estimativa da área plantada da soja é de mais de 5 milhões de hectares, novo recorde para o Rio Grande do Sul, 4,3% superior à área da safra de 2014, até então a maior da história.

Essa expansão está relacionada à perspectiva de bons preços de comercialização do grão. Esse aumento decorre, notadamente, da substituição da cultura do milho, do maior uso de áreas de várzeas e de novas áreas de campo. Sua produção estimada é superior a 14,5 milhões de toneladas, 12,3% maior que a safra anterior, com destaque ao crescimento da produtividade de 7,7%.

O prognóstico da cultura do arroz também é positivo. A área plantada é 0,9% superior à da safra de 2014, com rendimento médio 3,3% maior que a do ano anterior e com produção estimada de mais de 8,5 milhões de toneladas, 4,3% superior à produção obtida na safra de 2014.

Caso as condições climáticas favoráveis se mantenham, a safra de 2015 contribuirá positivamente no desempenho da economia gaúcha.

Área plantada, rendimento médio e produção das culturas de verão de cereais, leguminosas e oleaginosas no RS — safras 2014 e 2015

CULTURAS	ÁREA PLANTADA (ha)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)		
	Safra 2014	Safra 2015 (1)	%	Safra 2014	Safra 2015 (1)	%	Safra 2014	Safra 2015 (1)	%
SOMATÓRIO	7.122.457	7.274.954	2,1	3.768	3.946	4,7	26.828.174	28.702.363	7,0
Amendoim	3.182	2.963	-6,9	1.683	1.701	1,1	5.352	5.040	-5,8
Arroz	1.114.380	1.124.565	0,9	7.399	7.646	3,3	8.240.847	8.598.757	4,3
Feijão (1ª e 2ª safras)	76.506	62.983	-17,7	2.936	2.901	-1,2	111.066	91.224	-17,9
Girassol	3.302	2.450	-25,8	1.542	1.652	7,1	5.092	4.048	-20,5
Milho (grão)	925.634	874.869	-5,5	5.830	6.097	4,6	5.389.916	5.333.738	-1,0
Soja	4.986.542	5.200.279	4,3	2.615	2.817	7,7	13.041.226	14.650.733	12,3
Sorgo (grão)	12.911	6.845	-47,0	2.686	2.750	2,4	34.675	18.823	-45,7

FONTE: IBGE/LSPA.

(1) Prognóstico da safra 2015 com base no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) de jan./15.

Sérgio Fischer
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

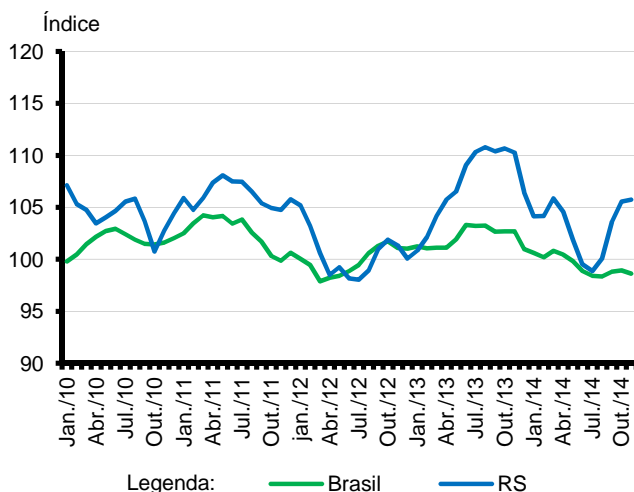
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jun./14-nov./14

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Jun./14	0,40	3,75	6,52	-0,74	2,45	6,25
Jul./14	0,01	3,76	6,50	-0,61	1,82	5,33
Ago./14	0,25	4,02	6,51	-0,27	1,55	4,88
Set./14	0,57	4,61	6,75	0,20	1,75	3,54
Out./14	0,42	5,05	6,59	0,28	2,04	2,95
Nov./14	0,51	5,58	6,56	0,98	3,04	3,65

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

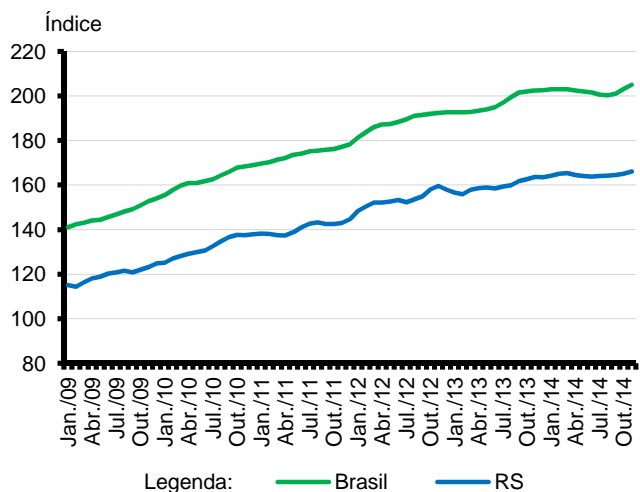
Produção física industrial no Brasil e no
Rio Grande do Sul — jan./10-nov./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil
e no Rio Grande do Sul — jan./09-nov./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jun./14-nov./14

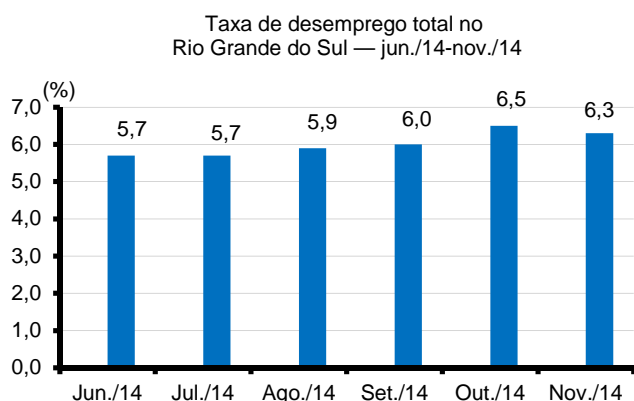
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14		
Taxa de câmbio (US\$) (1)	2,24	2,22	2,27	2,33	2,45	2,55	2,33	2,33
Taxa de câmbio efetiva real (2)	88,3	88,9	90,3	90,8	93,7	95,3	91,9	92,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (3)	11,00	11,00	11,00	11,00	11,25	11,25	10,95	10,87
Superávit primário (% do PIB)	0,50	1,08	3,27	5,94	-0,82	1,74	0,42	0,18
Balança comercial (US\$ milhões)	2.365	1.574	1.167	-940	-1.177	-2.351	-4.218	-1.568
Exportações (US\$ milhões)	20.467	23.024	20.463	19.617	18.330	15.646	207.610	228.456
Importações (US\$ milhões)	-18.103	-21.450	-19.297	-20.556	-19.507	-17.996	-211.829	-230.024
Transações correntes (US\$ milhões)	-3.345	-6.018	-5.489	-7.880	-8.131	-9.333	-80.163	-88.792

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 24 nº 02

Gráfico 3

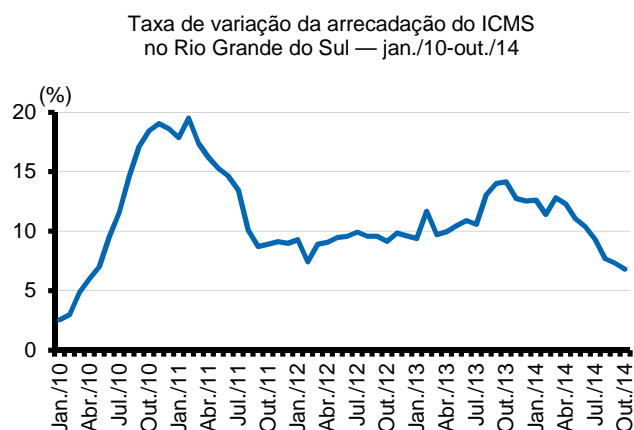


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1.A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

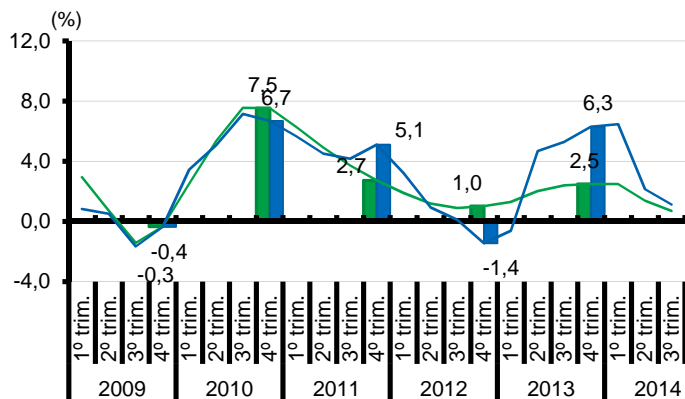
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jun./14-nov./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jun./14	8.868	110.531	8,0	-20,5	-3,4	-21,8	1,3	4,5	-4,8
Jul./14	10.865	133.555	8,1	-16,6	-1,2	-20,3	3,2	6,7	-4,5
Ago./14	12.615	154.018	8,2	-18,0	-1,7	-23,8	1,9	8,7	-3,7
Set./14	14.682	173.635	8,5	-16,1	-2,3	-23,3	1,3	10,1	-3,7
Out./14	16.214	191.965	8,4	-24,0	-4,2	-24,1	-0,2	1,1	-4,2
Nov./14	17.261	207.610	8,3	-27,9	-6,2	-25,6	-2,2	-2,9	-4,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-3º trim./14

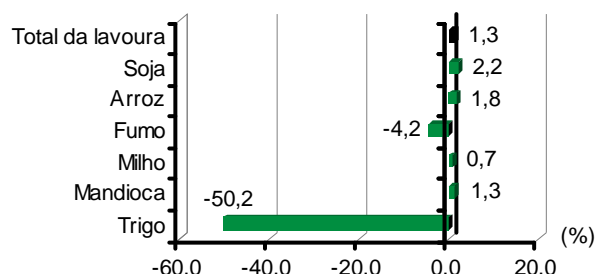


Legenda: ■ PIB do Brasil ■ PIB do RS
— PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — nov./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Trabalho infantil no RS

A participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é, certamente, um dos principais determinantes da persistência da pobreza. O trabalho infantil reduz a frequência e o aprendizado escolar das crianças, comprometendo seus ganhos futuros e reproduzindo pobreza e desigualdade.

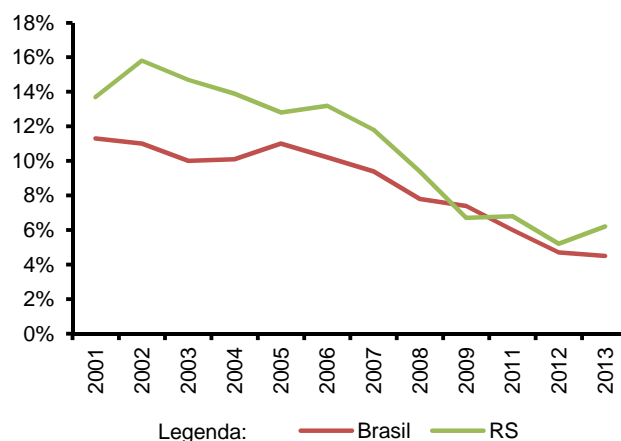
No Brasil, assim como recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é definido como trabalho infantil aquele realizado por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos. A constituição brasileira, no entanto, permite o trabalho, para a condição de aprendiz, de adolescentes a partir de 14 anos. Através dos dados sobre ocupação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e das projeções demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por faixa etária, é possível verificar a evolução do trabalho infantil na faixa etária entre 10 e 14 anos, no Brasil e em suas unidades da Federação.

Embora a proporção de crianças de 10 a 14 anos ocupadas no RS se tenha reduzido, em ritmo maior que no Brasil, desde 2001, o Estado ainda é um dos líderes em trabalho infantil. Em 2013, ele foi o sexto estado com maior proporção de ocupados nessa faixa etária (6,2%), acima da média brasileira (4,5%). Os estados acima do RS, nesse ranking, são, respectivamente, Rondônia (15,1%), Maranhão (10,7%), Pará (9,3%), Piauí (8,9%) e Bahia (7,0%), todos das Regiões Norte e Nordeste do País.

A estrutura produtiva gaúcha é tratada como a principal explicação para esse fenômeno. A participação da agropecuária, setor tradicionalmente associado à maior incidência de trabalho infantil, é superior à média brasileira na economia gaúcha. Soma-se a isso ainda a maior dificuldade de

fiscalização e monitoramento dessas atividades. Nesse sentido, combater a cultura do trabalho infantil no campo e ampliar o número de escolas de tempo integral, que reduzam o tempo ocioso das crianças, surgem como políticas públicas passíveis de serem adotadas.

Percentual de pessoas ocupadas, entre 10 e 14 anos de idade, no RS e no Brasil — 2001-13



FONTE: PNAD.

IBGE (projeções populacionais).

NOTA: Em 2010, não foi realizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Marcos Vinício Wink Junior
Economista, Pesquisador da FEE

A polêmica sobre a demarcação de terras indígenas e quilombolas

No dia 17 de dezembro de 2014, arquivou-se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, após agudos confrontos entre policiais e índios, na véspera. Os manifestantes impediram a realização de reunião de comissão necessária à aprovação da PEC. Esta última procurava passar ao Congresso Nacional a atribuição exclusiva de decisão quanto à demarcação de territórios indígenas e quilombolas, prerrogativa, até o momento, do Poder Executivo.

Ainda que o Ministério da Justiça se tenha manifestado pela inconstitucionalidade da PEC 215, os setores favoráveis à modificação traçam um paralelo dessas áreas com as de proteção ambiental, cuja definição é de competência legislativa. Além disso, alegam possíveis irregularidades na elaboração de laudos de reconhecimento desses territórios.

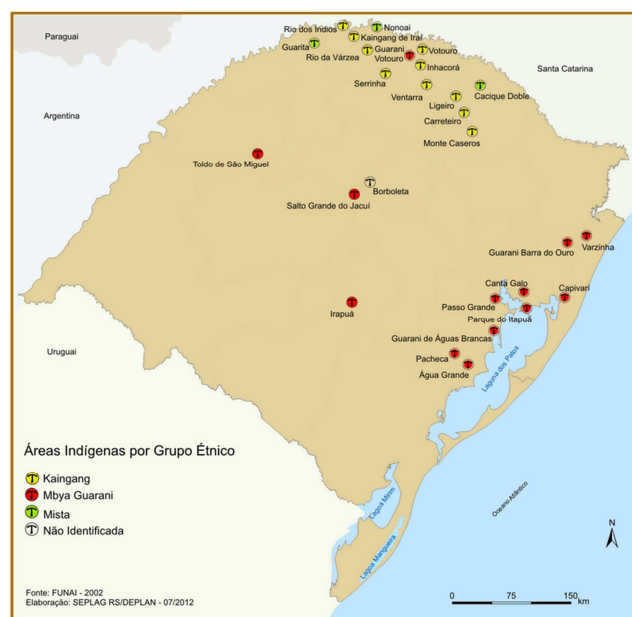
De acordo com representantes ligados à causa indígena, por sua vez, tal decisão pode inviabilizar as regularizações fundiárias, tendo em vista a desproporcionalidade da influência parlamentar dos grupos envolvidos. Índios e quilombolas ver-se-iam prejudicados pela baixa probabilidade da legalização de territórios tradicionais, a exemplo daqueles situados no Rio Grande do Sul.

Existem 10 áreas indígenas Kaingang (concentradas na região do planalto), 13 Mbya Guarani (sitadas, sobretudo, às margens da Lagoa dos Patos e na encosta da Serra), três mistas e uma não identificada, totalizando mais de 90.000 hectares, além de 105 comunidades quilombolas, certificadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), pulverizadas pelo Estado. A disputa territorial constitui um foco de conflitos com agricultores brancos.

Conforme o regimento da Câmara dos Deputados, são arquivados, ao fim de uma legislatura, todos os projetos que

não passaram pelas comissões cabíveis —, e foi isso que ocorreu. Existe a possibilidade, contudo, de que a bancada ligada ao agronegócio tente o desarquivamento da PEC 215 durante a legislatura deste ano.

Áreas indígenas, por grupo étnico, no RS — 2002



Rodrigo de Azevedo Weimer
Historiador, Pesquisador da FEE

As relações Brasil e Estados Unidos no segundo mandato de Dilma Rousseff

O Brasil adotou uma política externa pragmática nos últimos 12 anos. Essa característica assemelha-se à política externa dos países desenvolvidos, no sentido de ampliar suas relações diplomáticas, visando ao fomento dos interesses domésticos e externos do País, independentemente da posição político-ideológica de seus parceiros. Tal abordagem aproxima-se daquela dos Presidentes Generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, em que as relações com o Oriente não significavam, necessariamente, um distanciamento das relações consolidadas com o Ocidente, em especial com Estados Unidos e Europa. No Governo Dilma, porém, as relações do Brasil com os EUA tornaram-se mais complexas, devido às questões pertinentes à economia mundial e à diplomacia entre os países.

Em 2013, no campo diplomático, as atividades de espionagem da National Security Agency (NSA) no Brasil levaram a Presidente Dilma a criticar fortemente as ações dos Estados Unidos e fizeram com que sua viagem à Washington, naquele mesmo ano, fosse cancelada.

Na seara econômica, a Presidente teve de lidar com cenário econômico muito mais adverso do que de seu antecessor. Durante os dois mandatos do Governo Lula, a alta liquidez da economia mundial favoreceu a inserção comercial e política do Brasil em âmbito internacional. Já no primeiro mandato de Rousseff, a desaceleração global da economia tornou-se um complicador para as ambições diplomáticas do Brasil, na medida em que temas políticos e econômicos de ordem doméstica passaram a dominar a agenda da Presidente.

Em que pesem as dificuldades do primeiro mandato, a presença do Vice-Presidente norte-americano, Joe Biden, na cerimônia de posse do segundo mandato de Dilma Rousseff sinalizou uma desejável reaproximação. Vale ressaltar que a última vez em que um vice-presidente daquele país esteve presente em uma cerimônia de posse, no Brasil, foi em 1990. Dessa forma, os interesses convergentes nas relações Brasil-EUA podem ser resumidos no incremento do investimento e do comércio bilateral e na articulação política entre os dois países, no sentido de resguardarem seus respectivos interesses no continente americano.

Nesse sentido, os recentes sinais de aproximação entre Estados Unidos e Cuba, a liderança brasileira da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e a situação política e econômica da Venezuela têm potencial para se tornarem ponto de partida desse novo contexto das relações entre os dois países.

A situação na Venezuela é uma preocupação para ambas as nações, por se tratar de um grande importador; por ser um grande exportador de petróleo; e pelo potencial grau de desestabilização política que representa. A questão venezuelana influi nas atividades do narcotráfico, nos países amazônicos, em especial na Colômbia — país estratégico para a política norte-americana de combate ao tráfico internacional de droga. Desse modo, percebe-se a aproximação entre Brasília e Caracas como algo que possa interessar ao governo de Washington.

No que diz respeito ao Haiti, apesar das controvérsias envolvendo o tema, a presença brasileira no país centro-

-americano pode ser interpretada como exercício do *softpower* brasileiro. Ainda que oscilem, os índices de aprovação da presença verde-amarela naquele país são positivos, tanto do ponto de vista da população local como dos demais países da região. Além de projetar o Brasil internacionalmente, a missão da ONU “desobriga” os norte-americanos de uma tarefa que, provavelmente, lhes seria atribuída. Nesse sentido, a permanência, ou mesmo o fim da missão no Haiti, previsto para 2016, é um tema que demandará uma articulação da diplomacia brasileira junto ao governo dos EUA.

Já a aproximação diplomática e comercial entre Brasil e Estados Unidos amplia o leque de possibilidades de negócios brasileiros na América Central. O volume de investimentos que vem sendo empreendido na consolidação da região como um importante *hub* logístico do comércio internacional, em função das ampliações das capacidades do Canal do Panamá, da construção de um novo canal na Nicarágua e da construção do Porto de Mariel, em Cuba (financiado com recursos do BNDES), aumenta o espaço para novas empresas brasileiras operarem na região. Adicionalmente, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos podem capitalizar, em benefício próprio, as sólidas relações entre Brasília e Havana no recente processo de retomada das relações diplomáticas e comerciais entre Cuba e EUA.

Além das questões conjunturais que favorecem o fomento das relações entre o Brasil e EUA, busca-se a recuperação dos fluxos de comércio e investimento entre o Brasil e os principais países do hemisfério americano. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, em 2009 a China tomou a posição dos EUA como principal destino das exportações brasileiras. A partir de 2011, percebe-se a relativa manutenção do valor das exportações brasileiras para os Estados Unidos e queda para seus principais parceiros, especialmente a Argentina e a Venezuela.

Ainda que o atual cenário de recuperação da economia norte-americana seja modesto, as relações entre Brasil e Estados Unidos podem ser instrumentalizadas, no sentido de ampliar, no médio-longo prazo, as oportunidades para o incremento das exportações brasileiras na região. Ademais, aos olhos dos investidores internacionais, a aproximação entre Brasília e Washington poderia ser interpretada como sinal do comprometimento político da Administração Dilma Rousseff com o programa de ajustes econômicos pelo qual passa a economia brasileira.

Embora os ganhos econômicos sejam limitados, o fortalecimento político da relação Brasil-EUA pavimenta, em alguma medida, o caminho para consolidar o protagonismo brasileiro nos âmbitos regional e global. Percebe-se, então, a necessidade de a diplomacia da Presidente Dilma Rousseff aproveitar o atual contexto para estreitar as relações com os Estados Unidos. Isso em nada compromete os ganhos alcançados por meio das parcerias estratégicas já estabelecidas pela diplomacia brasileira no marco de suas relações sul-sul, nos últimos anos.

Robson Coelho Cardoch Valdez
Internacionalista, Pesquisador da FEE

Sustentabilidade e inovação na indústria automobilística

No atual debate sobre aquecimento global e mudança climática, o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2014) estima que, para estabilizar a temperatura do planeta em aproximadamente 2°C acima dos níveis pré-industriais, as emissões antropogênicas de gases do efeito estufa (GEE) precisam ser reduzidas entre 40% e 70% até 2050, em relação aos níveis de 2010, e zeradas até 2100. Nessa discussão, os transportes são vistos como um dos principais responsáveis pela emissão de GEE, com 14% do total de 2010, dos quais 72% se devem ao modal rodoviário (IPCC, 2014). Assim, os padrões aceitáveis para as emissões de GEE por automóveis nas legislações ambientais vêm tornando-se cada vez mais restritivos. Para o IPCC, a principal estratégia para mitigar o problema nos transportes consiste no desenvolvimento de tecnologias menos poluidoras.

Esses requisitos ambientais e legais vêm exigindo medidas de adaptação da indústria automobilística. Uma maneira de ilustrar o esforço tecnológico empreendido nessa direção está nos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) da indústria automobilística em alguns países: Alemanha, Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul. Essa escolha deve-se ao fato de as atividades de P&D tenderem a se concentrar nos países sedes das montadoras, além de que as nações selecionadas responderam por 66,3% da produção mundial de automóveis em 2013 (OICA, 2014). Como mostra o gráfico, os dispêndios em P&D do setor automotivo nos países selecionados exibem recuperação após o auge da crise financeira, em 2009. De fato, com exceção dos Estados Unidos, os gastos em P&D, em 2012, mostram-se superiores aos do período pré-crise. Esses dados revelam uma intensificação no esforço tecnológico da indústria automobilística, no período recente, cuja maior parcela se direciona para o desenvolvimento de inovações que diminuem as emissões de GEE pelos automóveis.

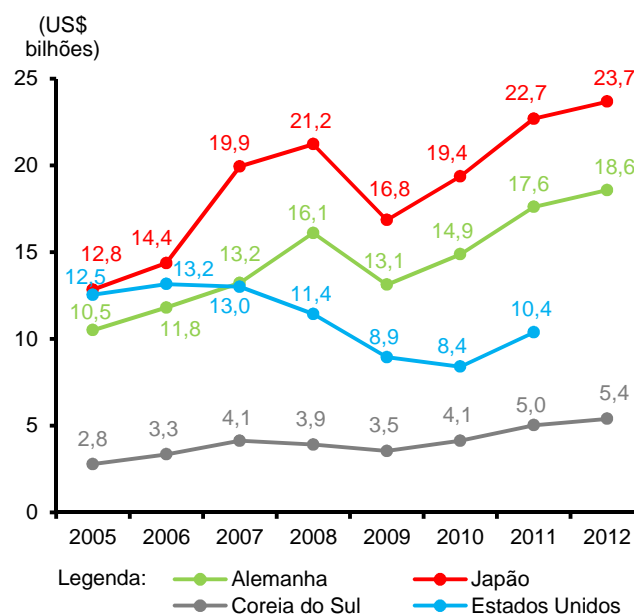
No âmbito das tecnologias que atenuam o problema, os esforços abarcam os diversos sistemas que compõem os automóveis: reduções de peso, pela adoção de novas ligas metálicas e novos materiais; criação de *designs* com menores coeficientes de arrasto aerodinâmico; automatização de automóveis, com interação com o tráfego na via, para diminuir os engarrafamentos e reduzir o consumo de combustível; refinamentos na eficiência dos motores de combustão interna; e uso de combustíveis alternativos: biodiesel, bioetanol, gás natural comprimido, hidrocarbonetos e hidrogênio. Ademais, estão sendo introduzidos, no mercado, sistemas de propulsão híbridos que reduzem ainda mais as emissões de GEE.

No entanto, a principal solução para o problema ambiental dos automóveis consiste no desenvolvimento do sistema de propulsão de “emissão zero”. Atualmente, a indústria automobilística passa por um período de busca e experimentação de novas tecnologias — sistemas elétricos com bateria ou com célula de combustível —, sem que haja ainda uma

clara afirmação de qual será a dominante. Os aspectos limitantes à adoção dessas tecnologias pelos consumidores referem-se ao custo desses automóveis, à capacidade das baterias (elétrico) e à infraestrutura para o reabastecimento.

Observe-se que essas tecnologias apresentam caráter radical, capaz de alterar o paradigma tecnológico do setor, pois mudam o sistema de propulsão e o *design* dos automóveis. Na hipótese de uma delas ser aceita pelo mercado, isto possuiria o potencial para rejuvenescê-lo e proporcionaria crescimento econômico para os países produtores de automóveis. Alinhados a essa perspectiva, Alemanha, Japão e Coreia do Sul vêm aplicando políticas industriais para apoiar esses desenvolvimentos tecnológicos, através de fomento à P&D, subsídio ao consumo desses tipos de veículos, incentivos fiscais, linhas de crédito diferenciadas e investimento público e estímulo aos gastos privados na implantação da infraestrutura de reabastecimento. No Brasil, a política do Inovar-Auto pode ter um papel relevante na inserção do País na produção de automóveis de “emissão zero”, a partir da afirmação de uma das novas tecnologias, através dos requisitos de produção local, de eficiência energética e de gastos em tecnologia pelas montadoras.

Dispêndios em P&D da indústria automobilística em países selecionados — 2005-12



FONTE: OCDE - Structural Analysis Statistics Database (STAN).

NOTA: Valores com paridade de poder de compra, deflacionados para preços constantes de 2012 pelo índice de preços ao atacado (IPA) dos Estados Unidos (FMI-IFS).

Rodrigo Morem da Costa
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.02.14).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Bruno Paim, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Miriam De Toni, Martinho Roberto Lazzari e Raul Luis Assumpção Bastos
Núcleo de Indicadores Conjunturais: Adalberto Maia Neto (coord.) e Marilyn Agranonik
Revisão: Breno Camargo Serafini e Elen Jane Medeiros Azambuja
Diagramação: Giuliana Santos (estagiária)

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee
www.fee.rs.gov.br